



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE ERECHIM EM 27.06.2016

Aos 27 dias do mês de junho de 2016, compareceu à sede da 2ª Vara do Trabalho de Erechim o Excelentíssimo Senhor, MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo n. 0002702-24.2016.5.04.0000 - (PA). O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pelo Juiz Titular Luis Antônio Mecca, pelo Diretor de Secretaria Itacir Jose Miozzo e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação da Vara do Trabalho:** 07.12.2005

**Data da última correição realizada:** 30.06.2015

**Data de Implantação do PJe:** 13.12.2012

**Jurisdição:** Barra do Rio Azul, Barão de Cotegipe, Benjamin Constant do Sul, Birigui, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebango, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, Severiano de Almeida, São Valentim, Três Arroios, Viadutos, Áurea

**1.1 Período Correccionado: de 1º.01.2015 a 27.06.2016**

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Juízes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Luís Antônio Mecca	Juiz Titular	Desde 07.12.2005

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 08.06.2016)

##### 2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, vigente à data da correição, a 2ª Vara do Trabalho de Erechim pertence à 66ª



circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, juntamente com as 1ª e 3ª Varas do Trabalho de Erechim, Varas do Trabalho de Passo Fundo e Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau. Essa circunscrição compreende 04 vagas de zoneamento, ocupadas pelos Juízes Paula Silva Rovani Weiler, Evandro Luís Urnau, Nelsilene Leão de Carvalho Dupin e Taíse Sanchi Ferrão.

### 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Luis Antônio Mecca	Desde 07.12.2005	Juiz Titular	10 anos, 6 meses e 21 dias
2	Deise Anne Longo (Juíza Titular da 1ª VT de Erechim)	09.02 a 10.03.2015	Juiz Titular estava de férias (sem pauta)	1 mês e 2 dias
3	Evandro Luís Urnau (Juiz do Trabalho Substituto)	16.07 a 02.08.2015	Juiz Titular estava de férias (sem pauta)	17 dias
4	Eduardo Batista Vargas (Juiz do Trabalho Substituto)	03.08 a 14.08.2015	Juiz Titular estava de férias	12 dias
5	Marcelo Bergmann Hentschke (Juiz Titular da 3ª VT de Erechim de 03.12.2015 a 08.05.2016)	10.02 a 28.02.2016	Juiz Titular estava de férias (sem pauta)	19 dias
		29.02.2016	Juiz Titular estava de férias	01 dia

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 08.06.2016)

### 2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares durante o Período Correcionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Luis Antônio Mecca	Férias	09.02 a 10.03.2015	30 dias
		Férias	16.07 a 14.08.2015	30 dias
		Férias	10.02 a 29.02.2016	20 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 08.06.2016)

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Servidor (a)		Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Itacir Jose Miozzo	Analista Judiciário – Área Judiciária	<b>Diretor de Secretaria (CJ3)</b>	07.12.2005
2	Luan Marcel Bernieri	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	19.03.2013
3	Eduardo Da Silva Cansian	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	09.11.2015
4	Cida Isabel Angela Miozzo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretária de Audiência (FC03)</b>	12.07.2013
5	Eodilva Brezolin	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	12.07.2013
6	Nelson Da Silva Florao Junior	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	01.02.2006
7	Paulo Ricardo Duarte	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	07.01.2008
8	Alberto Da Silva Medeiros Kruchins	Analista Judiciário – Área Judiciária	-	07.12.2005

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 08.06.2016)

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
810 processos	751 a 1.000	<b>8 servidores</b>	9 a 10 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b)



quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 2ª Vara do Trabalho de Erechim está abaixo dos parâmetros previstos nas referidas normas.

### 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Itacir Jose Miozzo	Curso ou Evento (CURS)	4	112
	Curso Parcial	1	
	Licença Tratamento de Saúde (LTS)	107	
Luan Marcel Bernieri	Curso ou Evento (CURS)	3	3
Eduardo da Silva Cansian Desde 09.11.2015*	-	-	-
Cida Isabel Angela Miozzo	-	-	-
Eodilva Brezolin	Curso ou Evento (CURS)	2	7
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	1	
	Licença Tratamento de Saúde (LTS)	4	
Nelson Da Silva Florao Junior	-	-	-
Paulo Ricardo Duarte	Licença Tratamento de Saúde (LTS)	12	12
Alberto Da Silva Medeiros Kruchins	Licença Tratamento de Saúde (LTS)	92	92

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.06.2016)

\*Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correcionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

### 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1 Taiguer Lucia Duarte	16.04.2012	16.08.2015	3 anos e 4 meses	Lotação no Gab. Des. Wilson Carvalho Dias – Assistente de Gabinete



					(FC05)
--	--	--	--	--	--------

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.06.2016)

\* A servidora ocupava função comissionada de Assistente de Diretor FC04 na Vara do Trabalho correccionada.

## 2.2.5 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Lara Giovanna de Lima Branco	Superior em Direito	02.02.2015 a 01.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.06.2016)

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e dos Juízes Substitutos Lotados durante o Período Correccionado

	Juiz (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
<b>Titular</b>	Luís Antônio Mecca	-	-	5,5	<b>5,5</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.06.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

### 2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
	Itacir Jose Miozzo	-	-	31	31
	Luan Marcel Bernieri	-	-	36	<b>36</b>
	Eduardo da Silva Cansian	-	4	97	<b>101</b>
	Cida Isabel Angela Miozzo	-	-	-	-
	Eodilva Brezolin	20	-	87	<b>107</b>
	Nelson Da Silva Florao Junior	-	-	-	-
	Paulo Ricardo Duarte	-	-	-	-
	Alberto Da Silva Medeiros Kruchins	-	-	58	<b>58</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.06.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

\* Gestor/Gestora da Unidade Judiciária.

## 3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

### 3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 2ª Vara do Trabalho de Erechim foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 751 a 1.000 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 751 a 1.000 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Cachoeira do Sul - 01a Vara	954	1.070	912	978,67
Encantado - 01a Vara	1.122	593	760	825,00
Erechim - 01a Vara	589	904	967	820,00
<b>Erechim - 02a Vara</b>	<b>553</b>	<b>914</b>	<b>963</b>	<b>810,00</b>
Erechim - 03a Vara	971	908	976	951,67
Esteio - 01a Vara	723	779	841	781,00
Esteio - 02a Vara	777	782	887	815,33
Estrela - 01a Vara	931,67	931,67	931,67	931,67
Estrela - 02a Vara	931,67	931,67	931,67	931,67
Frederico Westphalen - 01a Vara	757	959	926	880,67
Rio Grande - 01a Vara	738	802	1.009	849,67
Rio Grande - 02a Vara	727	858	1.023	869,33
Rio Grande - 03a Vara	820	820	1.083	907,67
Rio Grande - 04a Vara	776	868	1.062	902,00
Santa Pana do Livramento - 01a Vara	719	812	755	762,00
Santa Rosa - 01a Vara	610	727	1.018	785,00
Santa Rosa - 02a Vara	632	694	1.002	776,00
São Borja - 01a Vara	919	787	794	833,33
Sapucaia do Sul - 01a Vara	955	979	1.004	979,33
Sapucaia do Sul - 02a Vara	939	969	1.012	973,33
Soledade - 01a Vara	837	936	821	864,67
Vacaria - 01a Vara	838	970	813	873,67
Unidades com 701 a 1.000 processos por ano	17.819	18.994	20.491	868,26



(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

### 3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.04)	Variação 2015-2016
<b>Pendentes de finalização na fase de conhecimento*</b>	1.208	1.485	22,93%	1.599	7,68%
<b>Pendentes de finalização na fase de liquidação**</b>	126	129	2,38%	109	-15,50%
<b>Pendentes de finalização na fase de execução***</b>	662	714	7,85%	743	4,06%
<b>Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução</b>	115	124	7,83%	40	-67,74%
<b>Total</b>	<b>2.111</b>	<b>2.452</b>	<b>16,15%</b>	<b>2.491</b>	<b>1,59%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

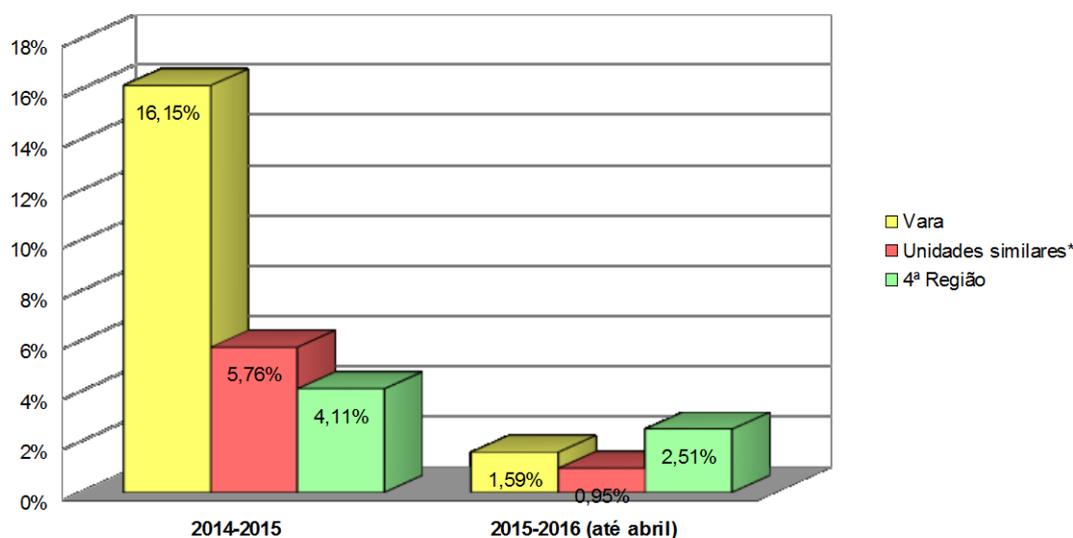
\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve majoração de 16,15% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em número de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 277 processos).

A variação do acervo de processos na 2ª Vara do Trabalho de Erechim em 2015 foi superior ao resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de apenas 4,11% dos processos em tramitação. Todavia, no período de janeiro a abril de 2016, o avanço no estoque de processos foi de somente 1,59%, índice abaixo da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo:



Variação do acervo de processos tramitando



### 3.3 FASE DE CONHECIMENTO

#### 3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.04)	Variação 2015-2016
<b>Casos novos</b>	914	963	5,36%	342	-64,49%
<b>Sentenças anuladas/reformadas</b>	1	1	0,00%	0	-100,00%
<b>Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*</b>	645	754	16,90%	256	-66,05%
<b>Processos pendentes de solução</b>	<b>674</b>	<b>905</b>	<b>34,27%</b>	<b>992</b>	<b>9,61%</b>

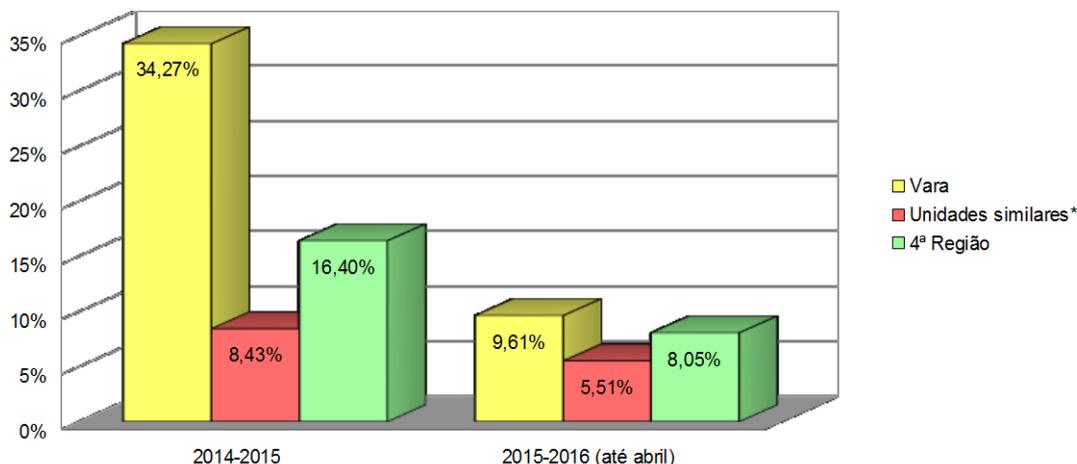
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 34,27% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 674 para 905 processos) – índice superior ao verificado em toda a 4ª Região em 2015, na qual o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,4%. O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi o aumento de 5,36% no número de casos novos, associado ao aumento dos pendentes de solução do período anterior: 401 processos em 07.01.2014 e 674 em 07.01.2015. Outrossim, os dados dos quatro primeiros meses de 2016 apontam aumento de 9,61% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento, índice este que se mostra um pouco superior à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2016, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Variação dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015. Além disso, cabe destacar que, no período de 31.12.2014 a 31.12.2015, houve aumento no número de processos aguardando a prolação de sentença na Unidade. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.04)	Variação 2015-2016
<b>Aguardando 1ª sessão de audiência</b>	140	233	66,43%	284	21,89%
<b>Aguardando encerramento da instrução</b>	358	435	21,51%	462	6,21%
<b>Aguardando prolação de sentença – no prazo</b>	43	66	53,49%	79	19,70%
<b>Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido</b>	133	171	28,57%	167	-2,34%
<b>TOTAL</b>	<b>674</b>	<b>905</b>	<b>34,27%</b>	<b>992</b>	<b>9,61%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

### 3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos\* e em relação aos pendentes de julgamento\*\*

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.04)	Variação 2015-2016
Erechim - 02a Vara	70,57%	78,30%	10,95%	74,85%	-4,40%



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidades similares*	88,89%	92,94%	4,56%	85,80%	-7,68%
TRT4 - 1ª Instância	85,92%	89,11%	3,72%	82,43%	-7,51%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

\* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 78,3% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se um aumento de 10,95% em relação ao índice do ano anterior. Mesmo assim, o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 14,64 e 10,82 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.04)	Variação 2015-2016
Erechim - 02a Vara	49,05%	46,06%	-6,10%	20,53%	-55,43%
Unidades similares*	63,53%	66,05%	3,96%	37,61%	-43,06%
TRT4 - 1ª Instância	55,82%	55,20%	-1,10%	27,10%	-50,91%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

\*\* Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela 2ª Vara do Trabalho de Erechim foi de 46,06% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 6,1% inferior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi superado pela média das demais unidades da mesma faixa de movimentação processual em 19,99 pontos percentuais e pela média de toda a 4ª Região em 9,14 pontos percentuais.

### 3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até abril)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	261	40,47	332	44,03	108	42,19
	Julgado procedente	13	2,02	7	0,93	8	3,13
	Julgado procedente em parte	260	40,31	290	38,46	93	36,33
	Julgado improcedente	58	8,99	35	4,64	19	7,42
	Extinto	5	0,78	2	0,27	1	0,39
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	<b>Subtotal</b>	<b>597</b>	<b>92,56</b>	<b>666</b>	<b>88,33</b>	<b>229</b>	<b>89,45</b>
Sem	Extinto	14	2,17	34	4,51	3	1,17
	Arquivamento (art. 844 CLT)	22	3,41	28	3,71	9	3,52
	Desistência	12	1,86	25	3,32	13	5,08



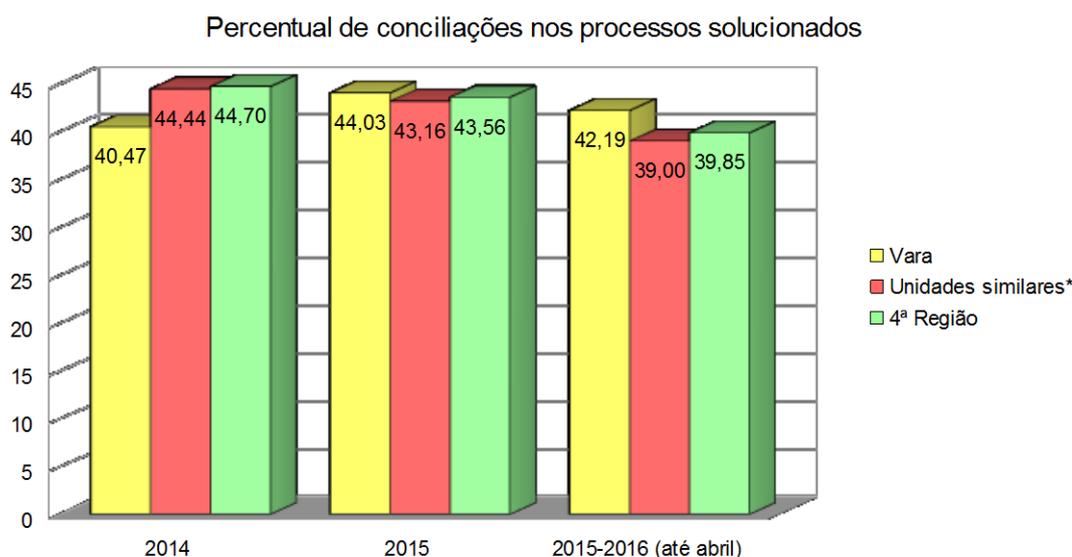
exame de mérito	Outras decisões	0	0	1	0,13	2	0,78
	Subtotal	48	7,44	88	11,67	27	10,55
TOTAL		645	100	754	100	256	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

Verificou-se aumento de 109 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 16,9%. Esse índice se mostra além da média em toda a 4ª Região que, em 2015, apresentou aumento médio de 8,19%.

Dentre os tipos de solução, verificou-se incremento no número absoluto de decisões com resolução de mérito na Unidade: de 597, em 2014, para 666, em 2015. Contudo, excluídas as homologações de acordo, o número de decisões proferidas com resolução do mérito sofreu pequena redução (0,60%), passando de 336, em 2014, a 334, em 2015. O desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior ao do TRT4, o qual registrou um aumento de 7,56% no número de decisões com resolução de mérito, excluídas as conciliações.

A análise do quadro acima demonstra aumento nos processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 261, representando 40,47% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações subiu para 332, correspondendo a 44,03% das soluções na fase de conhecimento – índice bastante semelhante ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 43,56%. Por fim, constata-se que entre janeiro e abril do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 42,19%, resultado acima da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



### 3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO



### 3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.04)	Variação 2015-2016
<b>Iniciadas</b>	252	247	-1,98%	48	-80,57%
<b>Encerradas</b>	209	125	-40,19%	43	-65,60%
<b>Pendentes</b>	<b>123</b>	<b>128</b>	<b>4,07%</b>	<b>100</b>	<b>-21,88%</b>
<b>Arquivo Provisório</b>	1	1	0,00%	1	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação avançou de 123, em 2014, para 128, em 2015, importando em uma elevação de 4,07%. Esse percentual foi similar ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 28.322 em dezembro de 2014 para 29.987 em dezembro de 2015 (aumento 5,88%).

Nos quatro primeiros meses de 2016, houve recuo de 28 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2015 - o que corresponde a uma queda de 21,88%. Esse resultado se mostra bastante superior à média de todo o TRT4 no período, que registrou aumento de 2,18% no estoque de processos pendentes de liquidação.

### 3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

	Liquidações encerradas em relação às iniciadas				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.04)	Variação 2015-2016
Erechim - 02a Vara	82,94%	50,61%	-38,98%	89,58%	77,02%
Unidades similares*	93,49%	93,92%	0,46%	93,82%	-0,10%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	81,81%	-7,49%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 50,61% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 38,98% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 43,31 e 37,82 pontos percentuais, respectivamente.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento				
2014	2015	Variação	2016	Variação



			2014-2015 (até 30.04)		2015-2016
Erechim - 02a Vara	56,79%	33,78%	-40,51%	24,43%	-27,68%
Unidades similares*	60,69%	62,29%	2,62%	29,74%	-52,26%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	22,21%	-59,11%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

\*\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 2ª Vara do Trabalho de Erechim em 2015 foi de 33,78% do número total de liquidações a encerrar – resultado 40,51% inferior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi superado pela média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 28,50 e 20,53 pontos percentuais, respectivamente.

### 3.5 FASE DE EXECUÇÃO

#### 3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.04)	Variação 2015-2016
<b>Entrada</b>	<b>Iniciadas</b>	241	249	3,32%	103	-58,63%
	<b>Desarquivadas para prosseguimento</b>	10	68	580,00%	3	-95,59%
<b>Saídas</b>	<b>Encerradas</b>	289	142	-50,87%	21	-85,21%
	<b>Arquivadas Provisoriamente</b>	110	18	-83,64%	11	-38,89%
<b>Pendentes</b>	<b>Exclusivamente crédito previdenciário</b>	15	16	6,67%	18	12,50%
	<b>Demais</b>	434	506	16,59%	531	4,94%
	<b>Total</b>	<b>449</b>	<b>522</b>	<b>16,26%</b>	<b>549</b>	<b>5,17%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		243	192	-20,99%	193	0,52%

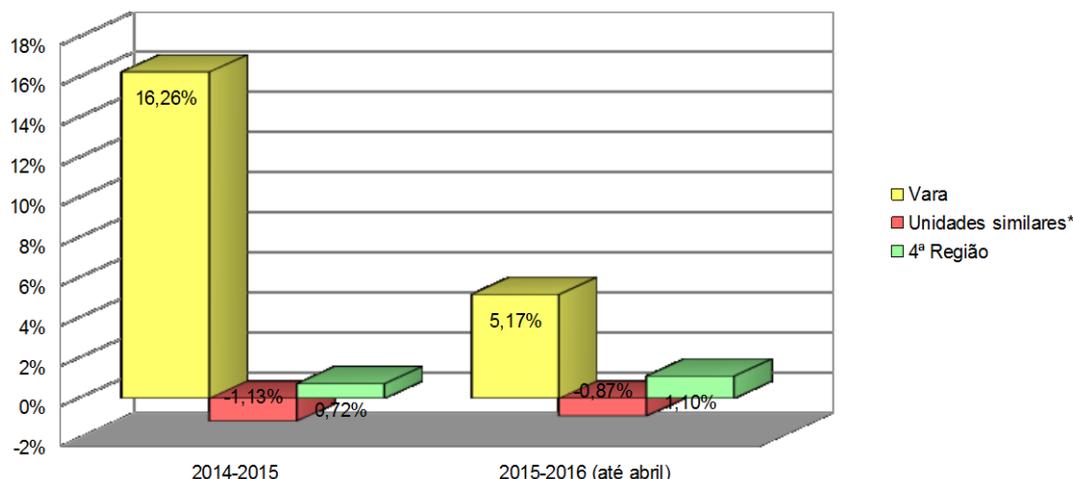
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na 2ª Vara do Trabalho de Erechim subiu de 449 para 522 processos, o que corresponde a uma elevação de 16,26% em relação ao ano anterior. Esse crescimento foi superior ao desempenho médio apresentado pelas Unidades da 4ª Região no período em questão, que registrou uma elevação de apenas 0,72% em seu acervo médio. O principal fator a contribuir para essa elevação foi a redução no número de execuções encerradas na Unidade em relação ao ano anterior.

Por sua vez, os dados colhidos no período de janeiro a abril de 2016 apontam aumento de 5,17% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado maior que a média regional no mesmo período, que avançou em apenas 0,72%.



Varição dos processos pendentes na fase de execução



### 3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.04)	Varição 2015-2016
Erechim - 02a Vara	119,92%	57,03%	-52,44%	20,39%	-64,25%
Unidades similares*	101,01%	73,58%	-27,16%	52,36%	-28,84%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	69,26%	-13,46%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

\* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 57,03% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 52,44% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 16,55 e 23,01 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.04)	Varição 2015-2016
Erechim - 02a Vara	29,67%	15,09%	-49,14%	2,57%	-82,97%
Unidades similares*	18,32%	16,44%	-10,26%	5,58%	-66,08%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	5,62%	-63,49%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

\*\* Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]



Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela 2ª Vara do Trabalho de Erechim em 2015 foi de 15,09% do número total de execuções a encerrar – resultado 49,14% menor que o verificado no ano anterior. Esse desempenho foi 1,35 pontos percentuais inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, mas bastante similar à média geral do TRT4, com diferença de 0,3 pontos percentuais.

### 3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

	BNDT				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.04)	Variação 2015-2016
<b>Processos com inclusão de devedor no BNDT</b>	8	8	0,00%	6	-25,00%
<b>Processos com exclusão de devedor no BNDT</b>	24	24	0,00%	1	-95,83%
<b>Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT</b>	<b>303</b>	<b>285</b>	<b>-5,94%</b>	<b>290</b>	<b>1,75%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 2ª Vara do Trabalho de Erechim, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.06.2014 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 30.05.2016. Dessa consulta **não resultou qualquer processo** com execução encerrada definitivamente e que ainda possui devedor inscrito no BNDT.

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

### 3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

#### Incidentes processuais



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	2014			2015			2016 (até 30.04)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
<b>Embargos de declaração</b>	86	81	12	172	143	50	16	40	11
<b>Antecipações de tutela</b>	118	87	50	105	104	45	38	39	12
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	8	8	7	16	5	15	4	6	15
<b>Embargos à execução</b>	31	27	21	64	43	42	12	6	47
<b>Embargos à arrematação</b>	1	1	0	0	0	0	0	0	0
<b>Embargos à adjudicação</b>	1	1	0	1	1	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	2	2	3	2	1	4	0	0	4
<b>Total</b>	<b>247</b>	<b>207</b>	<b>93</b>	<b>360</b>	<b>297</b>	<b>156</b>	<b>70</b>	<b>91</b>	<b>89</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 360 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 45,75% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados subiu 43,48% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 207 para 297. Mesmo assim, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2015 subiu de 93 para 156 processos. Destaca-se, por fim, que em 30.04.2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão era de 89 processos, saldo 42,95% inferior ao do final do período anterior – sendo que os embargos a execução são a espécie que corresponde à maior parte (52,81%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

<b>1</b>	<b>Processo nº 0001142-43.2010.5.04.0522</b>
<b>Situação processual:</b> Em 5/2/2015 foram opostos “Embargos à Execução/Penhora”, os quais não foram recebidos por ausência de garantia do juízo, por meio de simples “decisão/despacho”. Assim sendo, uma vez que não foi dada a específica solução no sistema, qual seja, “Decisão em Incidente Processual”, permanece a pendência junto ao e-Gestão.	
<b>2</b>	<b>Processo nº 0082000-66.2007.5.04.0522</b>
<b>Situação processual:</b> Em 30/4/2015 foi interposta Exceção de Pré-Executividade pela reclamada, que não foi recebida, por incabível, por meio de simples “decisão/despacho”, em 22/10/2015. Assim sendo, uma vez que não foi dada a específica solução no sistema, qual	



seja, “Decisão em Incidente Processual”, permanece a pendência junto ao e-Gestão.

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 25.05.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

## **4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO**

### **4.1 FASE DE CONHECIMENTO**

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até abril)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	<b>Sumaríssimo</b>	105,73	129,61	22,59%	180,69	39,41%
	<b>Ordinário</b>	364,49	298,88	-18,00%	363,28	21,54%
	<b>Total</b>	<b>330,18</b>	<b>279,45</b>	<b>-15,36%</b>	<b>337,71</b>	<b>20,85%</b>

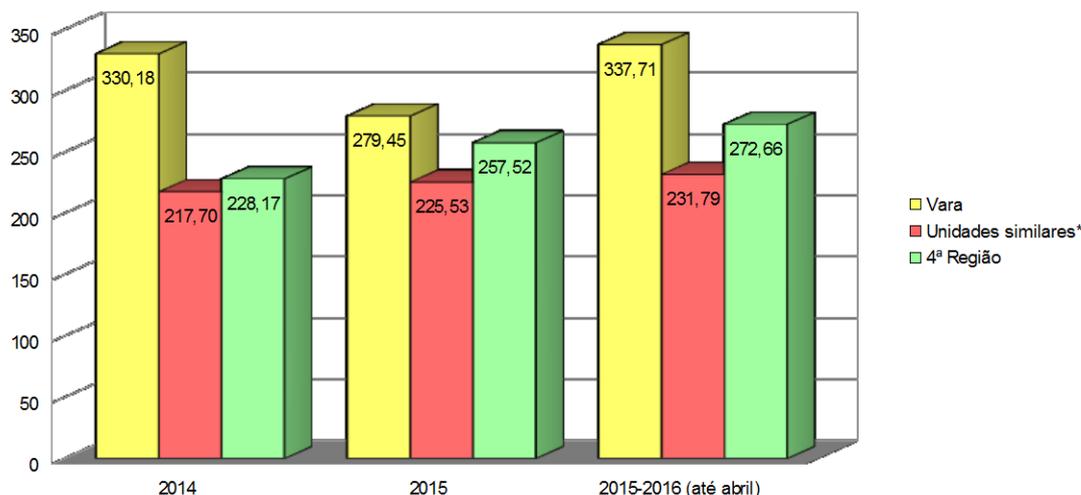
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 2ª Vara do Trabalho de Erechim apresentou uma redução de 15,36%, passando de 330,18 para 279,45 dias. O rito ordinário registrou um prazo médio de 298,88 dias, 18% mais célere na comparação com 2014.; no rito sumaríssimo, contudo, o prazo médio registrou um aumento de 22,59% em relação à média do ano anterior, passando de 105,73 para 129,61 dias,. Registra-se, ainda, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e abril de 2016 apontam uma elevação de 20,85% no prazo médio total de tramitação na fase de conhecimento, totalizando 337,71 dias no ano corrente.

Cumpra salientar, ainda, que o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 23,91% superior (53,92 dias) à média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 8,52% acima (21,93 dias) que a média de todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, reduzindo a diferença verificada no ano de 2014. Todavia, os dados dos primeiros quatro meses de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi 45,70% mais longo (105,92 dias) que as demais Unidades Similares e 23,86% mais longo que o da 4ª Região (65,06 dias). Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de conhecimento



## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.04)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	<b>Sumaríssimo</b>	66,33	64,33	-3,02%	..	#VALOR!
	<b>Ordinário</b>	140,38	186,84	33,10%	328,06	75,59%
	<b>Total</b>	<b>139,26</b>	<b>183,4</b>	<b>31,69%</b>	<b>328,06</b>	<b>78,88%</b>

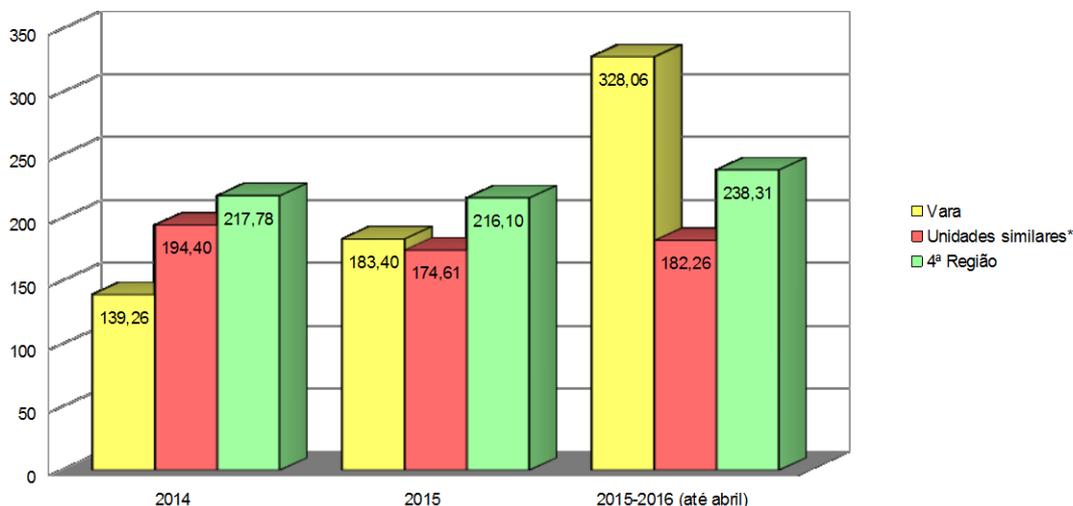
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 64,33 dias, o que equivale a uma redução de 3,02% em relação à média do ano anterior. Em contrapartida, no rito ordinário o prazo médio alcançou 186,84 dias, ficando 33,10% mais elevado na comparação com o ano de 2014. Por fim, os dados do ano de 2016, colhidos de janeiro a abril, apontam uma tendência de elevação do prazo médio total entre o início e o encerramento da liquidação, o qual totalizou 328,06 dias no período.

Apesar da elevação registrada em 2015, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 5,04% maior (8,8 dias) que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual, mas 15,13% menor (32,69 dias) que a média de todas as Unidades da 4ª Região. Os dados do período de janeiro a abril de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação totalizou 328,06 dias, prazo este 145,8 dias maior que a média das demais Unidades Similares e 89,76 dias maior que a média da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.



Prazo médio total - fase de liquidação



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.04)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	389,39	580,93	49,19%	726,32	25,03%
	Ente público	600,89	838,07	39,47%	959,75	14,52%
	<b>Total</b>	<b>403,04</b>	<b>606,64</b>	<b>50,52%</b>	<b>766,91</b>	<b>26,42%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 389,39 dias, em 2014, para 580,93 dias, em 2015. Entre janeiro a abril de 2016 houve novo aumento da média para 726,32 dias, prazo 25,03% maior que o do período anterior.

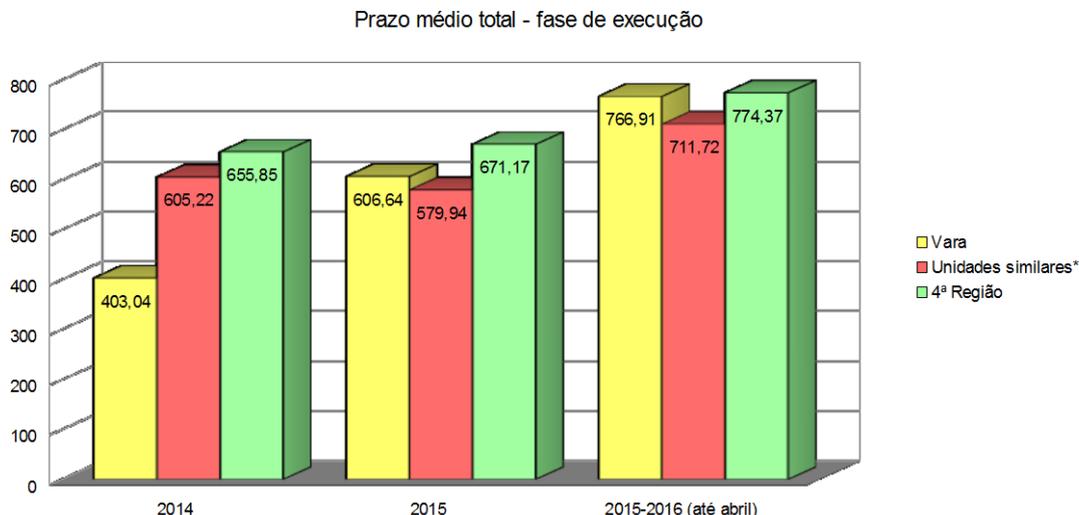
Quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 600,89 dias, em 2014, para 838,07, em 2015. Nos primeiros quatro meses de 2016, o lapso de tramitação avançou para 959,75 dias, o que equivale a um aumento de 14,52% na comparação com 2015.

Na comparação com os dados das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 2ª Vara do Trabalho de Erechim foi 4,6% maior (26,70 dias) que o das unidades similares, mas 9,61% menor (64,52 dias) que a média de toda a 4ª Região.

Finalmente, verifica-se que nos quatro primeiros meses de 2016, o prazo médio da Unidade foi 7,76% maior (55,2 dias) que a média das demais



Unidades com movimentação processual similar, mas 0,96% menor (7,46 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.



## 5 METAS

### 5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.1.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
963	754	78,30%	Meta não cumprida

**5.1.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
400	388	97,00%	Meta cumprida

**5.1.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
236	239	101,27%	Meta cumprida

\* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.



**5.1.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
17	16	94,12%	Meta não cumprida

**5.1.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015	Valor a ser alcançado	Resultado	
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	11	3	10	Meta cumprida	
2º Estado do Rio Grande do Sul	10	8	9	Meta cumprida	
3º Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	31	11	30	Meta cumprida	
4º Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	16	24	15	Meta não cumprida	
5º União	136	11	133	Meta cumprida	
6º OI S.A.	1	6	0	Meta não cumprida	
7º Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	38	15	37	Meta cumprida	
8º Caixa Econômica Federal - CEF	2	9	1	Meta não cumprida	
9º Banco do Brasil S.A.	12	16	11	Meta não cumprida	
10º Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida	

**5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:**

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

**META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015  
PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO**



Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	330,18	279,45	<b>326,88</b>	<b>Meta cumprida</b>

**b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.**

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
<b>Total de acordos</b>	273	261	267	332	<b>270</b>	<b>Meta cumprida</b>

## 5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

**5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.**

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.01.2016	Solucionados até 31.03.2016	%	Resultado parcial (até janeiro)
342	256	<b>74,85%</b>	<b>Meta ainda não cumprida</b>

**5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.**

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 31.03.2016	%	Resultado parcial
670	536	<b>80,00%</b>	<b>Meta ainda não cumprida</b>

**5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.**

META 3/2016 CNJ						Resultado parcial
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 31.03)	Meta para 2016	
<b>Total de acordos</b>	273	261	267	108	<b>273</b>	<b>Indicativo de cumprimento de meta</b>
<b>Média mensal de acordos</b>	22,75	21,75	22,25	27,00	<b>22,75</b>	



**5.2.4 Meta 5:** “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31.03)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial
103	77	<b>74,76%</b>	<b>Meta ainda não cumprida</b>

\* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.2.5 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
0	<b>Meta já cumprida</b>

**5.2.6 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2016 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo atual (31.03.2016)	Valor a ser alcançado	Resultado	
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	6	3	5	<b>Meta cumprida</b>	
2º União	17	2	16	<b>Meta cumprida</b>	
3º Estado do Rio Grande do Sul	4	5	3	<b>Meta não cumprida</b>	
4º Caixa Econômica Federal - CEF	6	7	5	<b>Meta não cumprida</b>	
5º Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	20	17	19	<b>Meta cumprida</b>	
6º OI S.A.	0	2	0	<b>Meta não cumprida</b>	
7º Banco do Estado do Rio Grande do Sul	10	10	9	<b>Meta não cumprida</b>	
8º Claro S.A.	2	2	1	<b>Meta não cumprida</b>	
9º Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	<b>Meta cumprida</b>	



10º	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	4	4	3	Meta não cumprida
-----	---	---	---	---	-------------------

## 6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

### 6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas-feiras pela manhã e à tarde, terças, quartas e quintas-feiras à tarde bem como as quartas ou quintas-feiras pela manhã. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	20(I)		5-6 (U)	-	-
<b>Tarde</b>	4 (P)	4 (P)	4 (P)	4 (P)	-

(Fonte: Informação da Secretária de Audiências no dia da correição)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

As CPIs são incluídas no horário das audiências de prosseguimento.

Todos os processos são incluídos em pauta, inclusive aqueles movidos contra o município de Erechim. As pautas são disponibilizadas no sistema, à exceção daquelas referentes aos processos do rito sumaríssimo, as quais são “encaixadas” na pauta regular em uma tentativa de observar o prazo legal. Tais processos, contudo, não são muito comuns.

Apenas eventualmente ocorrem audiências em processos na fase da execução, com processos indicados pela própria secretaria.

### 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
<b>Inicial</b>	03.10.2016		03.10.2016	
<b>Una Sumaríssimo</b>	25.08.2016		25.08.2016	
<b>Instrução</b>	31.05.2017		16.03.2017	

(Fonte: Informação da Secretária de Audiências no dia da correição)

### 6.3 PRAZO MÉDIO DAS AUDIÊNCIAS INICIAIS



Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.04)	Variação 2015-2016
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	57,17	73,12	27,89%	107,68	47,27%
	Ordinário	58,86	79,36	34,83%	90,65	14,23%
	<b>Total</b>	<b>58,69</b>	<b>78,67</b>	<b>34,06%</b>	<b>92,31</b>	<b>17,33%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo foi ampliado de 57,17 dias, em 2014, para 73,12 dias, em 2015 (aumento de 27,89%). Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 58,86 dias, em 2014, para 79,36 dias, em 2015 (elevação de 34,83%). O prazo médio total, portanto, ficou em 78,67 dias em 2015, observando incremento de 34,06% na comparação com o ano anterior.

Sinala-se que, os dados parciais do ano de 2016, colhidos no período de janeiro a abril, apontam elevação de 47,27% no prazo das audiências iniciais do rito sumaríssimo e de 14,23% nas do rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada.

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, constatou-se que os prazos médios para marcação das audiências iniciais são inferiores aos apontados pelo sistema e-Gestão.

#### 6.4 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até abril)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	32,95	37,56	13,97%	52,72	40,38%
	Ordinário	164,16	188,53	14,85%	214,50	13,77%
	<b>Total</b>	<b>149,44</b>	<b>170,93</b>	<b>14,38%</b>	<b>195,12</b>	<b>14,15%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessárias, tiveram o prazo elevado de 32,95 dias, em 2014, para 37,56 dias, em 2015 (aumento de 13,97%). Também o rito ordinário registrou elevação da média de 164,16 dias, em 2014, para 188,53 dias, em 2015 (aumento de 14,85%).

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, constatou-se que os prazos médios são superiores aos apontados pelo sistema e-Gestão.



## 6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2015					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Eduardo Batista Vargas	29	21	9	0	<b>59</b>
Luis Antônio Mecca	629	420	75	0	<b>1.124</b>
<b>Total</b>	<b>658</b>	<b>441</b>	<b>84</b>	<b>0</b>	<b>1.183</b>

2016 (até 30.04)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Luis Antônio Mecca	222	126	29	1	<b>378</b>
Marcelo Bergmann Hentschke	17	0	5	0	<b>22</b>
<b>Total</b>	<b>239</b>	<b>126</b>	<b>34</b>	<b>1</b>	<b>400</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05..2016)

## 6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

## 6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatou-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2015						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos Solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Deise Anne Longo	-	0	0	0	4	<b>4</b>
Eduardo Batista Vargas	25	2	0	27	-	<b>27</b>
Evandro Luís Urnau	1	0	0	1	1	<b>2</b>
Gabriela Lenz de Lacerda	-	1	0	1	-	<b>1</b>
Luis Antônio Mecca	306	327	2	635	83	<b>718</b>



Juiz não informado pela unidade	-	2	0	2	-	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>332</b>	<b>332</b>	<b>2</b>	<b>666</b>	<b>88</b>	<b>754</b>

2016 (até 30.04)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Eduardo Batista Vargas	-	7	0	7	-	<b>7</b>
Luis Antônio Mecca	99	109	1	209	21	<b>230</b>
Marcelo Bergmann Hentschke	9	4	0	13	6	<b>19</b>
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>120</b>	<b>1</b>	<b>229</b>	<b>27</b>	<b>256</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.05.2016)

## 6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Juiz Titular Luis Antonio Mecca	Processos de cognição	181
<b>Total: 181 processos</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 24.06.2016, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 31.05.2016. 50 dias anteriores à data da correição: 07.05.2016)

\*A listagem das sentenças pendentes há mais de 50 dias consta, em anexo, ao final da presente ata de correição.

## 7 ROTINAS DE SECRETARIA

### 7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Notificações e ofícios urgentes são feitos de imediato. Os demais são feitos em, no máximo, 10 dias da determinação.

Os processos para a Procuradoria Regional Federal são remetidos pelo correio, duas vezes por mês.

### 7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Mandados de execução são cumpridos em 20 dias

Precatório e RPV's não são acumulados, vão sendo feitos de acordo com as datas dos despachos, junto com as outras atividades.

### 7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Os alvarás são priorizados. São feitos diariamente e o juiz também os assina diariamente.

### 7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO



A unidade recebe, em média, de 15 a 20 petições no protocolo referentes a processos físicos e 60 referentes aos processos eletrônicos. Ambos são despachados em 48 horas.

É a própria vara que recebe as petições protocoladas nos processos físicos e pelo sistema VIPE.

#### **7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO**

Tanto nos processos físicos como nos eletrônicos estava sendo certificado o prazo de 15 de junho no dia da inspeção.

#### **7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT**

Há remessa de autos ao TRT semanalmente.

#### **7.7 CONVÊNIOS**

A unidade utiliza todos os convênios disponíveis.

#### **7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS**

Nos processos físicos, a unidade faz arquivamento à medida que há um volume mínimo de processos para serem remetidos.

#### **7.9 EXECUÇÃO REUNIDA**

A unidade tem, aproximadamente, 5 execuções reunidas.

#### **7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT**

A unidade inscreve o devedor no BNDT apenas depois de utilizar alguns dos convênios disponibilizados por este TRT.

Há a exclusão do banco de devedores após o pagamento, juntamente com a determinação de expedição de alvará.

#### **7.11 EXAME DOS LIVROS**

##### **7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR**

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000301-48.2010.5.04.0522	18.05.2016	40 dias
2	0158700-15.2009.5.04.0522	01.06.2016	26 dias
3	0000376-53.2011.5.04.0522	06.06.2016	21 dias
4	0000678-48.2012.5.04.0522	06.06.2016	21 dias
5	0000691-47.2012.5.04.0522	06.06.2016	21 dias
6	0000672-41.2012.5.04.0522	06.06.2016	21 dias
7	0000771-11.2012.5.04.0522	06.06.2016	21 dias
8	0000692-32.2012.5.04.0522	06.06.2016	21 dias



9	0000290-48.2012.5.04.0522	10.06.2016	17 dias
10	0145500-38.2009.5.04.0522	10.06.2016	17 dias
11	0000050-93.2011.5.04.0522	14.06.2016	13 dias
12	0000557-20.2012.5.04.0522	15.06.2016	12 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.06.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, houve expedição de notificações pela Unidade Judiciária para a cobrança e devolução de parte dos processos relacionados.

### 7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000720-97.2012.5.04.0522	15.06.2016	12 dias
2	0000185-71.2012.5.04.0522	15.06.2016	12 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.06.2016)

### 7.11.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

Conforme consulta ao Sistema inFOR em 24.06.2016, verificou-se que não constam mandados com prazo excedido há mais de 10 dias na Unidade Judiciária.

Segundo afirmou o diretor, não há problemas com o cumprimento dos mandados. Informou ele, ainda, ter sido criado um grupo no *WhatsApp* para agilizar a comunicação entre os diretores das varas e os oficiais de Justiça.

## **8 EXAME DOS PROCESSOS**

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correção à Assessoria Jurídica da Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 24.06.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **80 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

### 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1

Processo nº 0077500-88.2006.5.04.0522



**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** nada a apontar.

**Movimentação Processual:** demora no impulso processual – entre atos processuais subsequentes: decisão proferida em 03.05.2011 (fl. 530), determinando a suspensão do processo, com posterior arquivamento, caso verificado o silêncio do reclamante. Posteriormente, não houve manifestação das partes, com novo despacho proferido, apenas, em 26.06.2014 (fl. 532), determinando intimação do autor acerca do prosseguimento da execução.

Demora no impulso processual – processo sem movimentação por mais de 30 dias – após petição protocolada em 31.08.2015 (fls. 545 – 547), solicitando o prosseguimento da execução através do Sistema Infojud, não houve apreciação pelo Juízo.

2

**Processo nº 0000588-74.2011.5.04.0522**

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** ordem de juntada não observada: carta de preposto, instrumentos de procuração, substabelecimento e estatuto social da 1ª reclamada juntados (fls. 51 - 67) fora da ordem estabelecida pelo art. 67 da CPCR.

Ausência de informação imprescindível no termo de carga: não consta a data de devolução dos autos nos termos de carga das fls. 340 e 510. (Art. 53, parágrafo único, da CPCR)

Termo de juntada com informações incompletas: o termo de juntada lançado à fl. 415v não menciona os comprovantes de depósito recursal e custas (fls. 422 e verso) que acompanham o recurso ordinário da 1ª reclamada (Art. 101, parágrafo único, da CPCR).

**Movimentação Processual:** nada a apontar.

3

**Processo nº 0111000-43.2009.5.04.0522**

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** ausência de informação imprescindível no termo de carga: o número de telefone do Procurador da reclamada e a data de devolução dos autos não são informados no termo de carga da fl. 211. (Art. 53, III, e parágrafo único da CPCR).

Ausência de certidão de vencimento do prazo: ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo em 04.04.2016 (fl. 214) para ciência da reclamante acerca do despacho da fl. 213. (Art. 95 da CPCR)

**Movimentação Processual:** demora no impulso processual – despacho proferido em 05.11.2015 (fl. 207), determinando a remessa dos autos ao arquivo. Posteriormente, houve reconsideração através de novo despacho proferido, apenas, em 12.02.2016 (fl. 208).

4

**Processo nº 0000041-97.2012.5.04.0522**

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** ausência de certidão quanto ao vencimento do prazo sucessivo (fl. 315 -316) para ciência das reclamadas dos cálculos apresentados pelo perito. (Art. 95 da CPCR).

**Movimentação Processual:** nada a apontar.

5

**Processo nº 0000076-91.2011.5.04.0522**

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** ordem de juntada não observada: carta de preposto, instrumento de procuração e estatuto do reclamado juntados (fls. 53 - 83) fora da ordem estabelecida pelo art. 67 da CPCR.

Ausência de certidão de publicação de sentença em secretaria: sentença (fls. 130 - 137) publicada em secretaria sem a correspondente certidão exarada nos autos. (Art. 97 da CPCR)

Ausência de informação imprescindível no termo de carga: o número de telefone do Procurador do reclamante e a data de devolução dos autos não são informados nos termos de carga das fls. 164 e 171. (Art. 53, III, e parágrafo único da CPCR).



**Movimentação Processual:** demora no impulso processual - entre despacho e cumprimento: despacho proferido em 15.01.2016 (fl. 258), determinando a expedição de ofício, com cumprimento verificado, apenas, em 04.03.2016 (fl. 259).

6

**Processo nº 0000020-87.2013.5.04.0522**

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** nada a apontar.

**Movimentação Processual:** nada a apontar.

7

**Processo nº 0000357-47.2011.5.04.0522**

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** nada a apontar.

**Movimentação Processual:** demora no impulso processual – processo sustado desde 16.10.2013 (fl. 201) em decorrência do aguardo de transferência de valor objeto de penhora em processo com trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Fraiburgo – SC. Após a determinação da suspensão do andamento processual, não foram efetivadas diligências por impulso oficial do Juízo com a finalidade de verificar o andamento do processo que motivou a sustação dos autos em análise. (Art. 265, §5º, do CPC/1973 e artigo 313, §4º e §5º, do CPC/2015).

8

**Processo nº 0000874-18.2012.5.04.0522**

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** Ausência de certidão de publicação de sentença em secretaria: sentença (fls. 102 - 105) publicada em secretaria sem a correspondente certidão exarada nos autos. (Art. 97 da CPCR)

Ausência de informação imprescindível no termo de carga: não consta a data de devolução dos autos no termo de carga da fl. 136. (Art. 53, parágrafo único, da CPCR).

**Movimentação Processual:** demora no impulso processual – atraso na solicitação de informação acerca do cumprimento de Carta Precatória: carta precatória para penhora (fl. 144) expedida em 27.05.2014. Após a expedição, foi realizada solicitação de informações ao Juízo deprecado, apenas, em 31.10.2014 (fl. 151). (Art. 86, parágrafo único, da CPCR)

9

**Processo nº 0000796-24.2012.5.04.0522**

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** ausência de informação imprescindível no termo de carga: **1)** o número de telefone do Procurador do reclamante e a data de devolução dos autos não são informados no termo de carga da fl. 58. **2)** Ausência da data de devolução dos autos no termo de carga da fl. 71 (Art. 53, III, e parágrafo único da CPCR).

Lançamento de prazo no sistema informatizado em 09.12.2014, sem indicação da data de vencimento do respectivo prazo. (Art. 94, parágrafo único, da CPCR)

**Movimentação Processual:** demora no impulso processual – processo sem movimentação por mais de 30 dias: após certidão exarada em 31.03.2016 (fl. 79) relativa à informação fornecida pelo Administrador Judicial da reclamada quanto à decretação da falência, não houve impulso processual por iniciativa do Juízo.

10

**Processo nº 0000514-91.2012.5.04.0002**

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** ordem de juntada não observada: carta de preposto, instrumento de procuração e contrato social da reclamada juntados (fls. 46 - 51) fora da ordem estabelecida pelo art. 67 da CPCR.

Ausência de informação imprescindível no termo de carga: o número de telefone do Procurador do reclamante e a data de devolução dos autos não são informados no termo de carga da fl. 230. (Art. 53, III, e parágrafo único da CPCR)



**Movimentação Processual:** nada a apontar.

\* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 24.06.2016.

Prática	Exemplos
Ausência de prazo final do acordo	0000234-83.2010.5.04.0522
	0189100-12.2009.5.04.0522
	0000572-57.2010.5.04.0522
Autos aguardando arquivamento	0000627-37.2012.5.04.0522
	0000108-62.2012.5.04.0522
	0000473-87.2010.5.04.0522
Demora no impulso processual	0000584-37.2011.5.04.0522
Registros desatualizados	0001275-85.2010.5.04.0522

## 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria e conforme informação do Diretor de Secretaria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

## 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Ocorre a liberação do depósito recursal no momento da homologação dos cálculos.

## 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Quando ocorre a desconsideração da personalidade jurídica da executada, eventualmente a unidade utiliza o BacenJud de forma cautelar, sem citação prévia. Tal prática, contudo, não é comum.

## 9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe



Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 13.12.2012.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 24.06.2016, com nova verificação na data da inspeção, juntamente com o Diretor de Secretaria. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

Agrupador	Número de processos	Mais antigo	Data
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciados	14	0020122-33.2013.5.04.0522	24.04.2013
Processos com Habilitações nos Autos Não Lidas	129	0020173-39.2016.5.04.0522	28.05.2016
Com petições não apreciadas	5	0020293-53.2014.5.04.0522	21.06.2016
Processos com audiências não designadas	13	0020945-36.2015.5.04.0522	24.11.2015

Tarefa		Mais antigo	Data
<b>Conhecimento</b>	Análise de Perícias	0020056-48.2016.5.04.0522	27.04.2016
<b>Conhecimento</b>	Prazo vencido	0020838-26.2014.5.04.0522	22.06.2016
<b>Conhecimento</b>	Preparar comunicação – audiências iniciais	0020472-16.2016.5.04.0522	31.05.2016
<b>Liquidação</b>	Aguardando cumprimento de providência – Liq (13)	0020205-60.2014.5.04.0522	30.05.2016
<b>Liquidação</b>	Prazos vencidos (5)	0020695-37.2014.5.04.0522	24.06.2016
<b>Liquidação</b>	Publicar DJe – Liq (4)	0020447-08.2013.5.04.0522	27.06.2016
<b>Execução</b>	Aguardando cumprimento de providência – Exec (42)	0020421-73.2014.5.04.0522	26.04.2016
<b>Execução</b>	Análise de Sobrestamento	0020190-12.2015.5.04.0522	05.04.2016
<b>Execução</b>	Prazos vencidos	0020488-94.2015.5.04.0007	08.06.2016

Para apontamentos específicos quanto ao andamento/movimentação processual, foram selecionados e analisados os seguintes processos no dia 07.06.2016:



1	<b>Processo nº 0020702-92.2015.5.04.0522</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento <b>Movimentação Processual:</b> demora no impulso processual – despacho sem cumprimento: despacho proferido em 28.01.2016 (ID d1bc54f), determinando a expedição de certidão de habilitação, sem cumprimento posterior.  Processo na pasta de tarefa “ <i>Minutar expediente da secretaria - Certidões de crédito</i> ” desde 05.02.2016.	
2	<b>Processo nº 0020268-40.2014.5.04.0522</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento <b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual – petição protocolada pela reclamante em 17.05.2016 (ID cebf89c), com pedido de prosseguimento da execução, sem apreciação posterior. Processo na pasta de tarefa “ <i>Processos - Minutar Despacho</i> ” desde 19.05.2016.	
3	<b>Processo nº 0021018-08.2015.5.04.0522</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento <b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual – petição protocolada pelo reclamante em 12.05.2016 (ID a49a449), com pedido de prosseguimento do processo contra as reclamadas não abrangidas no acordo homologado, sem apreciação posterior. Processo na pasta de tarefa “ <i>Processos - Minutar Despacho</i> ” desde 13.05.2016.	
4	<b>Processo nº 0020695-37.2014.5.04.0522</b>
<b>Fase:</b> Liquidação <b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual – após o vencimento do prazo comum em 12.04.2016 para manifestação acerca do interesse em apresentar cálculos, não houve cumprimento das determinações preestabelecidas no despacho proferido em 31.03.2016 (ID b159989). Processo na pasta da tarefa “ <i>Análise das Perícias - Adriane da Silva</i> ” desde 02.05.2016.	
5	<b>Processo nº 0020280-20.2015.5.04.0522</b>
<b>Fase:</b> Liquidação <b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual: após o vencimento do prazo comum em 11.05.2016 para manifestação acerca do interesse em apresentar cálculos, não houve cumprimento das determinações preestabelecidas no despacho proferido em 05.05.2016 (ID d86226a). Processo na pasta da tarefa “ <i>Minutar expediente da secretaria - Certidões de crédito</i> ” desde 20.05.2016.	
<b>Processo nº 0020358-48.2014.5.04.0522</b>	
<b>Fase:</b> Execução <b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual: após o vencimento do prazo em 14.03.2016 para reclamante apresentar manifestação acerca do prosseguimento da execução, não houve impulso processual de ofício. Processo na pasta da tarefa “ <i>Aguardando Cumprimento de Providência - Exec - 06 - 09/06/2016</i> ” desde 18.03.2016.	
7	<b>Processo nº 0020421-73.2014.5.04.0522</b>
<b>Fase:</b> Execução <b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual: após o vencimento do prazo em	



19.04.2016 para reclamante retirar alvará, não é verificado impulso processual posterior. Processo na pasta da tarefa "Aguardando Cumprimento de Providência - Exec - 06 - 09/06/2016" desde 26.04.2016.

A unidade trabalha por tarefas, tanto nos processos físicos quanto nos processos eletrônicos. Afirmou o diretor que algumas pessoas fazem todas as tarefas e outras são especialistas.

A triagem inicial dos processos eletrônicos é feita na secretaria, momento em que são apreciadas questões envolvendo pedido de antecipação de tutela, conexão, dependência e correção/adequação do rito sumaríssimo, entre outros.

Por determinação do Juiz Titular, há separação das ações acidentárias e de doença ocupacional. Informou o diretor ainda não ter dados a indicar se tal procedimento torna o trâmite do processo mais célere ou não, mas afirmou ser perceptível que torna o andamento mais tranquilo, pois eventuais problemas com perícias e laudos – que causam atraso na instrução – não impactam no processo com os outros pedidos, o que não ocorreria se todos os pedidos estivessem em um único processo.

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

## **11 OUVIDORIA**

Consta na Ouvidoria deste TRT 01 expediente relativo à 2ª Vara do Trabalho de Erechim durante o período correccionado: Protocolo n. 62/2016, referente ao processo n 0020198-86.2015.5.04.0522.

## **12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

O acervo de processos em tramitação aumentou 16,15% de 2014 para 2015. A fase de conhecimento foi a que teve maior aumento no número de processos; em contrapartida, houve redução no prazo médio de tramitação nessa fase, muito embora ainda esteja acima da média regional.

O índice de processos solucionados por acordo na unidade aumentou em relação a 2014, ficando acima da média regional no período.

A unidade está com o quadro de servidores completo. Uma servidora tem horário reduzido por ser deficiente visual e há outros servidores com problemas de saúde, motivo pelo qual já foi encaminhado pedido, ao TRT, de um servidor para atual como excedente. Não há rotatividade de servidores. Ponderou o diretor que servidores com horário reduzido deveriam contar no quadro como excedentes.

Houve adesão de alguns servidores à greve, mas seus efeitos já foram contornados.



A própria vara, assim como as demais da comarca, recebe diretamente as petições referentes aos processos físicos e também as enviadas pelo sistema VIPE, o que acrescenta tarefas aos servidores da secretaria.

Todos os processos são incluídos em pauta, inclusive os movidos contra o município de Erechim. Não há, ordinariamente, audiência em processos na fase da execução, ainda que eventualmente sejam designadas pautas com processos indicados pelos próprios servidores, quando identificada possibilidade de acordo.

Tanto nos processos físicos quanto nos processos eletrônicos o trabalho é organizado por tarefa. Segundo o diretor, há servidores generalistas, que podem trabalhar em qualquer tarefa, e servidores especialistas, que se concentram em tarefas específicas.

O Diretor requereu a lotação de um juiz substituto na comarca. Referiu que todas as três varas têm problemas com a pauta e que são distribuídos, em média, 100 processos por mês, por vara. Sustentou que, considerando que os juízes têm 60 dias de férias por ano e que são três juízes na cidade, há bastante trabalho no local para um juiz substituto, o qual atuaria nas férias dos titulares, mantendo a integralidade da pauta e melhorando (diminuindo) os prazos médios para a realização das audiências. Ainda, questionou acerca da compensação dos processos eletrônicos redistribuídos da 1ª Vara em função de impedimento da Juíza Titular – se o sistema está compensando tais processos automaticamente.

Quanto às instalações, o espaço físico é adequado.

Na visita à Unidade e pela análise dos dados disponíveis, percebe-se o comprometimento do Juiz Titular Luis Antonio Mecca e do Diretor Itacir José Miozzo, bem como de todos os servidores da unidade. Merece destaque, ainda, o tratamento acolhedor dispensado pelos servidores, o ambiente agradável encontrado e a perfeita integração entre todos na unidade.

## **13 RECOMENDAÇÕES**

### **ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)**

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

**Reitera-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.**

### **ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), de forma que a meta CNJ 1/2015 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.



#### **ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

#### **ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida em relação à totalidade dos maiores litigantes (item 5.1.5).

#### **ITENS 6.3 e 6.4 (Prazo médio das audiências iniciais e de encerramento da instrução)**

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais no rito ordinário, e o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução desde a realização da audiência inicial.

#### **ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – Pje)**

Recomenda-se que a Secretaria:

- a) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões;
- b) atente para a necessidade da efetivação do impulso processual, com a maior brevidade possível, em especial no que se refere ao cumprimento sucessivo de determinações preestabelecidas em decisão ou despacho proferidos em fase de liquidação de sentença.

### **14 DETERMINAÇÕES**

#### **14.1 SECRETARIA**



### ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da exceção de pré-executividade apresentada pela reclamada no processo n. 0082000-66.2007.5.04.0522;
- b) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos à execução/penhora no processo nº 0001142-43.2010.5.04.0522;

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

### ITEM 5.2.2 (Meta CNJ 2/2016)

Determina-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias ao cumprimento dessa meta, destacando-se a necessidade de julgamento de, no mínimo, **67 processos** dentre aqueles distribuídos até 31.12.2014 ainda pendentes na fase de conhecimento para alcance do percentual exigido.

Para tanto, sugere-se que a Unidade consulte o relatório “A.1.3.2 – Pendentes de Solução por Ano do Processo” disponível no sistema e-Gestão através do caminho e-Gestão → 1ª Instância → 3–Relatórios Gerenciais → A-Das Varas do Trabalho → 1-Conhecimento → 3-Pendentes de Solução. Tão logo se visualize o relatório, deve-se filtrar os resultados específicos da Unidade através do campo “Município-Vara (Todos os Valores)▼”, não somente na aba “1.Resumo por Ano do Processo”, mas também na aba “Lista de Processos”.

### ITENS 7.11.1 e 7.11.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.11.1 e 7.11.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCr.

### ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) observe o que dispõe o parágrafo único do artigo 53 da CPCr quanto ao registro da data da devolução dos autos;



- b) observe o que dispõe o item III do artigo 53 da CPCR quanto ao registro do número do telefone e/ou endereço eletrônico do advogado;
- c) observe a ordem de juntada dos documentos apresentados em audiência, prevista no art. 67 da CPCR;
- d) observe que os andamentos do sistema informatizado devem espelhar com clareza e fidelidade os atos praticados nos autos, nos termos do art. 94 da CPCR, portanto, devem ser evitados procedimentos como os verificados no processo n.0000796-24.2012.5.04.0522;
- e) observe a necessidade de certificar nos autos as datas de suspensão, interrupção e vencimento dos prazos, segundo dispõe o artigo 95 da CPCR;
- f) observe o procedimento para a publicação das sentenças em Secretaria, conforme a previsão do art. 97 da CPCR;
- g) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, especificando sempre a presença de documentos apresentados em conjunto com as petições protocoladas, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;
- h) atente para a determinação de consulta, por meio eletrônico ou por telefone, à Vara Deprecada quanto ao andamento de Carta Precatória sem movimentação por mais de 45 dias, conforme a previsão do art. 86, parágrafo único, da CPCR.
- i) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquelas verificadas nos seguintes processos: 0077500-88.2006.5.04.0522, 0111000-43.2009.5.04.0522, 0000357-47.2011.5.04.0522, 0000874-18.2012.5.04.0522;
- j) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões.

## 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos de processos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **80 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e **todos que estejam em situação similar**. Para tanto:



- a) indique o prazo final dos acordos homologados (processos 000234-83.2010.5.04.0522, 0189100-12.2009.5.04.0522, 0000572-57.2010.5.04.0522);
- b) archive os processos n. 0000627-37.2012.5.04.0522, 0000108-62.2012.5.04.0522, 0000473-87.2010.5.04.0522;
- c) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito no processo n. 0000584-37.2011.5.04.0522;
- d) atualize os registros no processo n. 0001275-85.2010.5.04.0522.

## **14.2 MAGISTRADOS**

### **ITEM 6.8 (Sentenças com Prazo Excedido)**

Determina-se que o Juiz Luis Antonio Mecca profira as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

O Juiz deverá informar, a essa Vice-Corregedoria, qual o prazo necessário para o cumprimento da determinação, tendo em vista que a consulta ao Projeto BI TRT4 foi feita em 24.06.2016 com dados consolidados até o dia 31.05.2016.

## **15 SOLICITAÇÕES PARA ÁREA ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA**

Solicita-se à SEGESP informações sobre a possibilidade de ser enviado um servidor excedente para a 2ª Vara do Trabalho de Erechim.

Solicita-se à ASSTECO informações acerca da compensação dos processos eletrônicos redistribuídos da 1ª Vara do Trabalho de Erechim (se o sistema está compensando tais processos automaticamente).

## **16 PRAZO PARA RESPOSTA**

**O Diretor** deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* vice\_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

**O Juiz** deverá atender as determinações respectivas constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.



## **17 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Titular, com o Diretor de Secretaria e com os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara Trabalho de Erechim, das 16h às 17h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceram alguns advogados, porém nada mencionaram em relação a essa unidade judiciária.

## **18 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Luis Antônio Mecca, pelo Diretor de Secretaria Itacir José Miozzo e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver, Assessora da Vice-Corregedoria, e Maria Eneida Giordani, Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

**Marçal Henri Figueiredo**  
**Vice-Corregedor Regional**



**ANEXO 01**

LISTAGEM DE PROCESSOS COM INCIDENTES PROCESSUAIS PENDENTES HÁ MAIS DE 50 DIAS DA DATA DA CORREIÇÃO (POR MAGISTRADO):

**Juiz Luis Antônio Mecca – Processos de Cognição (181 processos)**

0020941-33.2014.5.04.0522  
0020938-78.2014.5.04.0522  
0020964-76.2014.5.04.0522  
0020937-93.2014.5.04.0522  
0020935-26.2014.5.04.0522  
0020702-29.2014.5.04.0522  
0020945-70.2014.5.04.0522  
0021008-95.2014.5.04.0522  
0020540-34.2014.5.04.0522  
0020389-68.2014.5.04.0522  
0020965-61.2014.5.04.0522  
0020060-22.2015.5.04.0522  
0021025-34.2014.5.04.0522  
0020982-97.2014.5.04.0522  
0020992-44.2014.5.04.0522  
0020994-14.2014.5.04.0522  
0020993-29.2014.5.04.0522  
0020995-96.2014.5.04.0522  
0020996-81.2014.5.04.0522  
0020989-89.2014.5.04.0522  
0020442-15.2015.5.04.0522  
0020086-54.2014.5.04.0522  
0021003-73.2014.5.04.0522  
0020531-72.2014.5.04.0522  
0020999-36.2014.5.04.0522  
0020550-44.2015.5.04.0522  
0020075-88.2015.5.04.0522  
0021006-28.2014.5.04.0522  
0020593-15.2014.5.04.0522  
0021007-13.2014.5.04.0522  
0020327-91.2015.5.04.0522  
0020599-22.2014.5.04.0522  
0020604-10.2015.5.04.0522  
0021017-57.2014.5.04.0522



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0020805-36.2014.5.04.0522  
0020147-75.2015.5.04.0522  
0020009-11.2015.5.04.0522  
0020774-16.2014.5.04.0522  
0020625-20.2014.5.04.0522  
0020011-78.2015.5.04.0522  
0020022-10.2015.5.04.0522  
0020026-47.2015.5.04.0522  
0020029-02.2015.5.04.0522  
0020615-39.2015.5.04.0522  
0020162-44.2015.5.04.0522  
0020273-28.2015.5.04.0522  
0020342-31.2013.5.04.0522  
0020004-86.2015.5.04.0522  
0020334-80.2015.5.04.0523  
0020040-31.2015.5.04.0522  
0020089-72.2015.5.04.0522  
0020085-35.2015.5.04.0522  
0020007-41.2015.5.04.0522  
0020044-68.2015.5.04.0522  
0020720-50.2014.5.04.0522  
0020555-03.2014.5.04.0522  
0020576-13.2013.5.04.0522  
0020850-40.2014.5.04.0522  
0020036-91.2015.5.04.0522  
0020283-72.2015.5.04.0522  
0020635-30.2015.5.04.0522  
0020478-91.2014.5.04.0522  
0020419-06.2014.5.04.0522  
0020414-81.2014.5.04.0522  
0020535-12.2014.5.04.0522  
0020006-56.2015.5.04.0522  
0020101-86.2015.5.04.0522  
0020110-48.2015.5.04.0522  
0020926-64.2014.5.04.0522  
0020135-61.2015.5.04.0522  
0020130-39.2015.5.04.0522  
0020972-53.2014.5.04.0522  
0020144-23.2015.5.04.0522  
0020892-89.2014.5.04.0522



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0020584-53.2014.5.04.0522  
0020117-40.2015.5.04.0522  
0020281-05.2015.5.04.0522  
0020797-59.2014.5.04.0522  
0020848-70.2014.5.04.0522  
0020508-92.2015.5.04.0522  
0021022-79.2014.5.04.0522  
0020925-45.2015.5.04.0522  
0020278-50.2015.5.04.0522  
0020369-77.2014.5.04.0522  
0020270-73.2015.5.04.0522  
0020342-94.2014.5.04.0522  
0020112-18.2015.5.04.0522  
0020111-33.2015.5.04.0522  
0020175-43.2015.5.04.0522  
0021010-65.2014.5.04.0522  
0020878-71.2015.5.04.0522  
0020911-61.2015.5.04.0522  
0020864-24.2014.5.04.0522  
0020889-03.2015.5.04.0522  
0020081-95.2015.5.04.0522  
0020862-20.2015.5.04.0522  
0020891-70.2015.5.04.0522  
0020113-03.2015.5.04.0522  
0020871-79.2015.5.04.0522  
0020865-72.2015.5.04.0522  
0020864-87.2015.5.04.0522  
0020890-85.2015.5.04.0522  
0020639-04.2014.5.04.0522  
0020445-67.2015.5.04.0522  
0020085-69.2014.5.04.0522  
0020797-25.2015.5.04.0522  
0020939-63.2014.5.04.0522  
0020199-71.2015.5.04.0522  
0020188-42.2015.5.04.0522  
0020185-87.2015.5.04.0522  
0020203-11.2015.5.04.0522  
0020073-21.2015.5.04.0522  
0020254-22.2015.5.04.0522  
0020608-81.2014.5.04.0522



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0020958-69.2014.5.04.0522  
0020316-62.2015.5.04.0522  
0020206-63.2015.5.04.0522  
0020210-03.2015.5.04.0522  
0020054-78.2016.5.04.0522  
0020220-47.2015.5.04.0522  
0020217-92.2015.5.04.0522  
0020610-51.2014.5.04.0522  
0020063-74.2015.5.04.0522  
0020229-09.2015.5.04.0522  
0020065-44.2015.5.04.0522  
0020056-82.2015.5.04.0522  
0020237-83.2015.5.04.0522  
0020238-68.2015.5.04.0522  
0020253-37.2015.5.04.0522  
0020049-90.2015.5.04.0522  
0020050-75.2015.5.04.0522  
0020234-31.2015.5.04.0522  
0020124-66.2014.5.04.0522  
0020897-14.2014.5.04.0522  
0020634-79.2014.5.04.0522  
0020062-89.2015.5.04.0522  
0020068-96.2015.5.04.0522  
0020061-07.2015.5.04.0522  
0020046-38.2015.5.04.0522  
0020246-45.2015.5.04.0522  
0020245-60.2015.5.04.0522  
0020244-75.2015.5.04.0522  
0020403-18.2015.5.04.0522  
0020709-21.2014.5.04.0522  
0020304-82.2014.5.04.0522  
0020470-51.2013.5.04.0522  
0020747-96.2015.5.04.0522  
0020673-76.2014.5.04.0522  
0020070-66.2015.5.04.0522  
0020990-40.2015.5.04.0522  
0020157-22.2015.5.04.0522  
0020410-44.2014.5.04.0522  
0020262-96.2015.5.04.0522  
0020622-31.2015.5.04.0522



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0020802-47.2015.5.04.0522  
0020077-24.2016.5.04.0522  
0020328-76.2015.5.04.0522  
0020264-66.2015.5.04.0522  
0020284-57.2015.5.04.0522  
0020329-61.2015.5.04.0522  
0020291-49.2015.5.04.0522  
0020289-79.2015.5.04.0522  
0020039-12.2016.5.04.0522  
0020333-98.2015.5.04.0522  
0020858-80.2015.5.04.0522  
0020116-55.2015.5.04.0522  
0020336-53.2015.5.04.0522  
0020340-90.2015.5.04.0522  
0020338-23.2015.5.04.0522  
0020358-14.2015.5.04.0522  
0020405-85.2015.5.04.0522  
0020477-72.2015.5.04.0522  
0020400-63.2015.5.04.0522  
0020300-11.2015.5.04.0522  
0020417-02.2015.5.04.0522  
0020415-32.2015.5.04.0522  
0020915-35.2014.5.04.0522  
0020298-41.2015.5.04.0522  
0020736-67.2015.5.04.0522  
0020840-93.2014.5.04.0522  
0020418-84.2015.5.04.0522